



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário
Área Administrativa

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B02', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

P R O V A

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da prova discursiva-redação.

Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.

Não serão aceitas reclamações posteriores.

- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever as respostas das questões discursivas, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a Folha de Transcrição da Prova Discursiva.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS BÁSICOS

Português

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto seguinte.

Sociedade do espetáculo: mal de uma época

“Nosso tempo prefere a imagem à coisa, a cópia ao original, a representação à realidade, a aparência ao ser. O cúmulo da ilusão é também o cúmulo do sagrado.” Essas palavras do filósofo Feurbach nos dizem algo fundamental sobre nossa época. Toda a vida das sociedades nas quais reinam as condições modernas de produção se anuncia como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era diretamente vivido se esvai na fumaça da representação. As imagens fluem desligadas de cada aspecto da vida e fundem-se num curso comum, de forma que a unidade da vida não mais pode ser restabelecida.

O espetáculo é ao mesmo tempo parte da sociedade, a própria sociedade e seu instrumento de unificação. Como parte da sociedade, o espetáculo concentra todo o olhar e toda a consciência. Por ser algo separado, ele é o foco do olhar iludido e da falsa consciência. O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação entre pessoas, mediatizadas por imagens.

A alienação do espectador em proveito do objeto contemplado exprime-se assim: quanto mais contempla, menos vive; quanto mais aceita reconhecer-se nas imagens dominantes, menos ele compreende a sua própria existência e o seu próprio desejo. O conceito de espetáculo unifica e explica uma grande diversidade de fenômenos aparentes, apresenta-se como algo grandioso, positivo, indiscutível e inacessível.

A exterioridade do espetáculo em relação ao homem que deveria agir como um sujeito real aparece no fato de que os seus próprios gestos já não são seus, mas de um outro que os apresenta a ele. Eis por que o espectador não se sente em casa em parte alguma, porque o espetáculo está em toda parte. Eis por que nossos valores mais profundos têm dificuldade de sobreviver em uma sociedade do espetáculo, porque a verdade e a transparência, que tornam a vida realmente humana, dela são banidas e os valores, enterrados sob o escombros das aparências e da mentira, que nos separam, em vez de nos unir.

(Adaptado de Maria Clara Lucchetti Bingemer, revista **Adital**)

1. De acordo com a citação do filósofo Feurbach, na abertura do texto, vive-se num tempo em que
- (A) o plano das coisas, uma vez sacralizado, faz desaparecer o plano dos nossos valores espirituais.
 - (B) a mera representação das coisas adquire uma relevância maior que a das coisas em si mesmas.
 - (C) a valorização de processos ilusórios faz com que as pessoas se prendam cada vez mais aos ritos sagrados.
 - (D) as imagens e as coisas mundanas captam nossa atenção de tal modo que já não as distinguimos umas das outras.
 - (E) a verdade das imagens e a ilusão das representações delas confundem nossa percepção e nossos sentidos.

2. Para a autora do texto, uma característica essencial da *sociedade do espetáculo* está no modo como o homem moderno
- (A) valoriza uma experiência direta das coisas e dos fenômenos, em detrimento de qualquer tipo de abstração.
 - (B) revela-se um alienado, quando suprime a contemplação dos objetos para analisar criticamente a imagem que eles têm.
 - (C) subordina sua consciência a um processo de representações, que ele contempla e adota como um mundo unificado.
 - (D) delega aos produtores de espetáculos a representação de uma ilusão que ele teme reconhecer dentro de si mesmo.
 - (E) age em relação ao mundo das imagens e das representações coletivas, destituindo-as de qualquer significação.

3. O espetáculo é ao mesmo tempo parte da sociedade, a própria sociedade e seu instrumento de unificação.

A identificação acima entre os elementos sublinhados é fundamentada na precisa convicção de que o *espetáculo* é

- (A) *uma relação entre pessoas, mediatizadas por imagens.*
- (B) *algo grandioso, positivo, indiscutível e inacessível.*
- (C) *algo separado, o foco do olhar iludido e da falsa consciência.*
- (D) *uma grande diversidade de fenômenos aparentes.*
- (E) *a alienação do espectador em proveito do objeto contemplado.*

4. *As imagens fluem desligadas de cada aspecto da vida e fundem-se num curso comum, de forma que a unidade da vida não pode ser restabelecida.*

Considerando-se o contexto, infere-se da afirmação acima que

- (A) a fragmentação da vida em imagens é um fenômeno natural da história humana, estando presente em todas as civilizações.
- (B) o curso comum das imagens, não obstante sejam estas fluentes, acaba por unificá-las dentro da vida, com a qual se fundem.
- (C) o sentido da unidade da vida é comparável ao que detêm as imagens que fluem e se fundem num curso comum.
- (D) a vida já se estabeleceu como unidade, antes que esta fosse rompida pelas imagens que, em nosso tempo, fluem desligadas.
- (E) a unidade da vida será restabelecida apenas quando as imagens, ainda que desligadas entre si, substituem as próprias coisas.



5. Atente para as seguintes afirmações:
- I. Justamente pelo fato de o espetáculo estar em toda parte é que os homens de hoje, numa sociedade em que funcionam como espectadores, não se sentem em casa em lugar nenhum.
- II. A verdade e a transparência, identificadas como valores autenticamente humanos, são incompatíveis com os que regem a sociedade do espetáculo.
- III. Na sociedade do espetáculo, a desejável ação do sujeito dá lugar a um estado de recriação das imagens exteriores, que lhe faculta reconhecer-se a si mesmo.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) I.
 (B) II.
 (C) III.
 (D) II e III.
 (E) I e II.

6. Estão inteiramente respeitadas as normas de concordância verbal em:

- (A) Quando às coisas se preferem a imagem delas, privilegia-se o espetáculo das aparências.
- (B) As palavras do filósofo Feurbach, um pensador já tão distante de nós, mantém-se como um preciso diagnóstico.
- (C) O que resultam de tantas imagens dominantes são a identificação dos indivíduos com algo exterior a eles.
- (D) Já não se distingue nos gestos dos indivíduos algo que de fato os identifique como autênticos sujeitos.
- (E) Cabem-nos, a todos nós, buscar preservar valores como a verdade e a transparência, ameaçados de desaparecimento.

7. Na frase *Eis por que o espectador não se sente em casa em parte alguma, porque o espetáculo está em toda parte*, os elementos sublinhados podem ser corretamente substituídos por

- (A) a razão pela qual e visto que.
 (B) por cujo motivo e visto que.
 (C) a finalidade pela qual e dado que.
 (D) o motivo por onde e conquanto.
 (E) a alegação de que e conquanto.

8. No trecho *quanto mais contempla, menos vive; quanto mais aceita reconhecer-se nas imagens dominantes, menos ele compreende a sua própria existência* expressa-se uma relação de

- (A) causalidade entre *menos vive* e *mais aceita*.
 (B) oposição entre *mais contempla* e *mais aceita*.
 (C) exclusão entre *menos vive* e *menos compreende*.
 (D) alternância entre *mais contempla* e *mais aceita*.
 (E) proporção entre *mais contempla* e *menos vive*.

9. A frase que **admite** transposição para a voz passiva é:

- (A) *O cúmulo da ilusão é também o cúmulo do sagrado.*
 (B) *O conceito de espetáculo unifica e explica uma grande diversidade de fenômenos.*
 (C) *O espetáculo é ao mesmo tempo parte da sociedade, a própria sociedade e seu instrumento de unificação.*
 (D) *As imagens fluem desligadas de cada aspecto da vida (...).*
 (E) *Por ser algo separado, ele é o foco do olhar iludido e da falsa consciência.*

10. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:

- (A) Nem todos acatarão de que a sociedade do espetáculo seja malévola, uma vez que suas imagens são parte constituída ao nosso modo de viver.
- (B) Muita gente reputa às imagens e às representações a qualidade de mascararem nossa própria personalidade, quando não a expandem.
- (C) O primado das imagens sobre as coisas vem demonstrando, em nosso tempo, a supremacia do que é aparente em relação ao que é essencial.
- (D) Ocorre que quando se valoriza as imagens em detrimento das coisas, elas nem sempre se tornam visíveis ao ponto de se distinguirem das demais.
- (E) A absorção que todo espetáculo nos imputa é tamanha que, quando menos atentamos, já somos parte dele, em estado de inconsciência.

Atenção: As questões de números 11 a 15 referem-se ao texto seguinte.

Nova infância?

*Até onde posso avaliar, parece que já não existem mais crianças como as de antigamente – o que equivale a dizer que talvez seja preciso redefinir o que vem a ser **infância**. Quem viveu no tempo em que a rua era o espaço natural de todos os jogos e brincadeiras, palco das conversas e das piadas, cenário da vida coletiva, lamentará o quanto as crianças de hoje vivem reclusas nas casas e nos apartamentos. Seja por questão de segurança (medo da rua), seja pela avalanche das novidades tecnológicas e dos brinquedos eletrônicos, o sedentarismo infantil é um fenômeno que se alastra por toda parte.*

Trata-se de uma anomalia cruel: as crianças, seres naturalmente carregados de energia e vitalidade, estão vivendo longas horas diárias de concentração solitária e de imobilidade. Diante das telas e dos monitores, satisfazem-se com o movimento virtual, com a investigação a distância, com a experiência imaginária. O prazer do convívio vem sendo perigosamente substituído pelo sentimento de autossuficiência. Que tipo de sociedade estamos constituindo?

(Herculano Menezes, inédito)

11. O que está referido no texto como *anomalia cruel* consiste no fato de que as crianças de hoje

- (A) estão desenvolvendo uma extraordinária capacidade de concentração.
 (B) ignoram as atividades criativas que lhes estão sendo oferecidas.
 (C) manifestam uma curiosidade precoce pela tecnologia e pela ciência.
 (D) entregam-se a práticas que implicam passividade e sedentarismo.
 (E) revelam um prazer mórbido ao demonstrarem sua autossuficiência.



12. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:
- (A) *até onde posso avaliar* = extrapolando uma avaliação minha.
 - (B) *sedentarismo infantil* = absorção pueril.
 - (C) *uma anomalia cruel* = uma anormalidade implacável.
 - (D) *movimento virtual* = animação virtuosa.
 - (E) *sentimento de autossuficiência* = extravasão autista.

13. A pontuação está inteiramente adequada na frase:
- (A) Será preciso, talvez, redefinir a infância já que as crianças de hoje, ao que tudo indica nada mais têm a ver com as de ontem.
 - (B) Será preciso, talvez redefinir a infância: já que as crianças, de hoje, ao que tudo indica nada têm a ver, com as de ontem.
 - (C) Será preciso, talvez: redefinir a infância, já que as crianças de hoje ao que tudo indica, nada têm a ver com as de ontem.
 - (D) Será preciso, talvez redefinir a infância? – já que as crianças de hoje ao que tudo indica, nada têm a ver com as de ontem.
 - (E) Será preciso, talvez, redefinir a infância, já que as crianças de hoje, ao que tudo indica, nada têm a ver com as de ontem.

14. (...) *as crianças, seres naturalmente carregados de energia e vitalidade, estão vivendo longas horas diárias de concentração solitária e de imobilidade.*

Pode-se reconstruir com correção e coerência a frase acima, começando por **As crianças estão vivendo longas horas diárias de concentração solitária e de imobilidade** e complementando com

- (A) em que pesem os seres naturais, imbuídos de energia e de vitalidade.
 - (B) não obstante sejam naturalmente providas de muita energia e vitalidade.
 - (C) porquanto constituem-se como seres de natural energia e vitalidade.
 - (D) ainda quando seres incutidos de energia e vitalidade em sua natureza.
 - (E) mesmo quando se mostram atreladas a muita energia e força vital.
15. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do **plural** para preencher corretamente a lacuna da frase:
- (A) (**haver**) de se dar a conhecer, em algum dia do futuro, crianças semelhantes às de tempos passados?
 - (B) Crianças como as de hoje, ao que se sabe, jamais (**haver**), tão absortas e imobilizadas em seus afazeres.
 - (C) Até quando se (**verificar**), em relação às nossas crianças, tamanha incongruência nos valores e nas expectativas educacionais?
 - (D) Quase todo prazer que hoje às crianças se (**re-servar**) por longas horas diárias, está associado à tecnologia.
 - (E) (**caber**) aos pais e professores, sobretudo, proporcionar às crianças espaço e tempo para as necessárias atividades físicas.

Noções de Informática

16. Uma planilha eletrônica Excel 2003 possui os títulos das colunas na primeira linha e os títulos das linhas na primeira coluna. Para congelar na tela tanto os títulos das colunas quanto os títulos das linhas deve-se selecionar
- (A) a primeira célula da primeira linha e da primeira coluna.
 - (B) a segunda célula da segunda linha e da segunda coluna.
 - (C) a primeira linha e a primeira coluna.
 - (D) a segunda linha e a segunda coluna.
 - (E) somente as células com conteúdos de títulos.
17. Para que uma imagem seja inserida em um documento Word 2003 de forma que o texto fique disposto ao redor, por todos os lados da imagem, esta deverá ter o seu *layout* formatado com a opção
- (A) Alinhado, apenas.
 - (B) Atrás ou Na frente.
 - (C) Atrás ou Quadrado.
 - (D) Alinhado ou Comprimido.
 - (E) Quadrado ou Comprimido.
18. Ao compartilhar pastas e impressoras entre computadores, evitando que pessoas não autorizadas possam acessar os arquivos pela Internet, pode-se montar a rede usando um *firewall*, baseado em *hardware*, por meio do dispositivo denominado
- (A) *hub*.
 - (B) *switch*.
 - (C) roteador.
 - (D) repetidor.
 - (E) *cross-over*.
19. NÃO se trata de um dispositivo reconhecido pelo sistema operacional para compartilhar uma pasta contendo arquivos que possam ser acessados a partir de outros computadores:
- (A) Memória RAM.
 - (B) Memória flash USB.
 - (C) Disco rígido.
 - (D) DVD-ROM.
 - (E) Disquete.
20. Todas as janelas abertas e exibidas pelo Windows XP podem ser organizadas, em cascata ou lado a lado, clicando-se com o botão direito do mouse a partir
- (A) do menu Arquivo.
 - (B) do menu Exibir.
 - (C) da Área de trabalho.
 - (D) da Barra de tarefas.
 - (E) da Barra de ferramentas.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Constitucional

21. No tocante aos princípios gerais da atividade econômica, considere as seguintes assertivas:

- I. A lei disciplinará, com base no interesse do Presidente da República, os investimentos de capital estrangeiro, incentivará os reinvestimentos e regulará a remessa de lucros.
- II. A lei estabelecerá as diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, o qual incorporará e compatibilizará os planos nacionais e regionais de desenvolvimento.
- III. A lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo.
- IV. O Estado impedirá a organização da atividade garimpeira em cooperativas, mesmo não havendo risco ao meio ambiente.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I, II e IV.
- (C) II e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) III e IV.

22. Com relação à política de desenvolvimento urbano, é correto afirmar que a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas

- (A) no Plano Diretor.
- (B) nos critérios do chefe do Executivo.
- (C) nas diretrizes do Governador do Estado.
- (D) nas Portarias Ministeriais.
- (E) nas resoluções dos respectivos Tribunais de Contas.

23. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por

- (A) Leis Ordinárias.
- (B) Leis Complementares.
- (C) Leis Delegadas.
- (D) Medidas Provisórias.
- (E) Resoluções.

24. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, sendo que compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base, dentre outros, nos seguintes objetivos:

- (A) heterogeneidade na forma de participação no custeio.
- (B) diversidade de formas e dos benefícios e dos serviços às populações urbanas e rurais.
- (C) redução gradativa do valor dos benefícios.
- (D) universalidade da cobertura e do atendimento.
- (E) igualdade da base de financiamento.

25. Com relação à Educação, é correto afirmar que o ensino será ministrado com base, dentre outros, no princípio da

- (A) onerosidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.
- (B) heterogeneidade de condições para o acesso e permanência na escola.
- (C) obrigatoriedade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.
- (D) unicidade de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.
- (E) gestão democrática do ensino público, na forma da lei.

Direito Eleitoral

26. A propaganda

- (A) exercida nos termos da legislação eleitoral não poderá ser objeto de multa nem cerceada sob alegação do exercício do poder de polícia.
- (B) eleitoral através de carreta é permitida no dia das eleições, desde que não dificulte o acesso dos eleitores aos locais de votação.
- (C) eleitoral através de auto-falantes é permitida no dia das eleições até cem metros dos locais de votação.
- (D) eleitoral no rádio e na televisão só é gratuita no horário definido pela Justiça Eleitoral, devendo, no restante da programação, ser paga pelos partidos ou coligações.
- (E) partidária gratuita prevista em lei não poderá ser veiculada no primeiro semestre do ano da eleição.

27. O registro do estatuto no Tribunal Superior Eleitoral NÃO é requisito para o Partido Político

- (A) assegurar a exclusividade da sua denominação.
- (B) poder participar do processo eleitoral.
- (C) receber recursos do Fundo Partidário.
- (D) ter acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei.
- (E) definir sua estrutura interna, organização e funcionamento.



28. A respeito do direito de resposta no horário eleitoral gratuito é correto afirmar:

- (A) O ofendido usará, para resposta, o dobro do tempo do partido ou coligação responsável pela ofensa.
- (B) O prazo para o ofendido ou seu representante legal pedir o exercício do direito de resposta à Justiça Eleitoral é de vinte e quatro horas, contadas a partir da veiculação da ofensa.
- (C) A resposta será veiculada cinco vezes consecutivas no horário destinado ao partido ou coligação responsável pela ofensa.
- (D) A resposta do ofendido ou de seu representante legal poderá versar sobre fatos diversos dos que foram veiculados pelo partido ou coligação responsável pela ofensa.
- (E) A resposta do ofendido ou de seu representante legal será veiculada sempre no final do programa do partido ou coligação responsável pela ofensa.

29. O prazo para desincompatibilização de um professor efetivo da rede estadual de ensino que deseja candidatar-se a Deputado Estadual, é de

- (A) 30 dias.
- (B) 3 meses.
- (C) 4 meses.
- (D) 5 meses.
- (E) 6 meses.

Direito Administrativo

30. São princípios da licitação expressamente citados na Lei nº 8.666/93, dentre outros,

- (A) julgamento objetivo, competitividade e sigilo das propostas.
- (B) vinculação ao instrumento convocatório, competitividade e sigilo das propostas.
- (C) adjudicação compulsória, competitividade e igualdade.
- (D) probidade administrativa, julgamento objetivo e igualdade.
- (E) probidade administrativa, sigilo das propostas e adjudicação compulsória.

31. De acordo com a Lei nº 8.666/93, NÃO é causa justificadora da inexecução do contrato administrativo por parte do contratado:

- (A) Fato do príncipe.
- (B) Força maior.
- (C) Os acréscimos que se fizerem nas obras até vinte e cinco por cento do valor inicial atualizado do contrato.
- (D) Fato da Administração.
- (E) Caso fortuito.

32. Sobre os bens públicos, considere:

- I. Os bens públicos desafetados podem ser alienados porque não são de uso comum nem de uso especial.
- II. Afetação e desafetação são institutos que dizem respeito à destinação e utilização dos bens públicos.
- III. Os bens públicos afetados nunca podem ser desafetados, porque a afetação é uma característica intrínseca do bem público.
- IV. O bem público de uso especial pode ser alienado, desde que afetado para essa finalidade.
- V. A inalienabilidade é uma das características do bem público de uso especial.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e V.
- (B) I, IV e V.
- (C) II e III.
- (D) II, IV e V.
- (E) III e V.

33. A responsabilidade objetiva do Estado

- (A) existe em qualquer hipótese de dano, inclusive decorrente de força maior e caso fortuito.
- (B) implica reparação do dano mesmo que a lesão decorra de culpa exclusiva da vítima.
- (C) resta caracterizada desde que presentes o fato administrativo, o dano e o nexo causal.
- (D) somente se caracteriza se o agente público agiu com dolo ou culpa.
- (E) não impede a ação regressiva contra o agente responsável pelo dano, qualquer que tenha sido a conduta deste.

34. Dentre as penalidades previstas na Lei nº 8.429/92, para o administrador público que pratica ato de improbidade administrativa NÃO se incluem:

- (A) A suspensão dos direitos políticos e o pagamento de multa civil.
- (B) A perda dos bens acrescidos ilicitamente ao patrimônio e o ressarcimento integral do dano.
- (C) A perda da função pública e a proibição de contratar com o Poder Público.
- (D) A reclusão e a detenção.
- (E) A proibição de receber benefícios do Poder Público e incentivos fiscais.



Noções de Direito Civil

35. De acordo com o Código Civil Brasileiro, pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos. Em se tratando de morto, terá legitimação para requerer a medida prevista neste artigo

- (A) apenas o cônjuge sobrevivente.
- (B) apenas o cônjuge sobrevivente ou qualquer parente em linha reta até o segundo grau.
- (C) o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o terceiro grau.
- (D) apenas o cônjuge sobrevivente ou qualquer parente em linha reta até o terceiro grau.
- (E) o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau.

36. Considere os seguintes bens: Praça do Coração; Prédio da administração da Prefeitura da cidade X; Rio Alegre que liga a cidade C a cidade B; Prédio da administração da autarquia municipal W. De acordo com o Código Civil Brasileiro estes bens são, respectivamente, de uso

- (A) comum do povo; especial, comum do povo; especial.
- (B) comum do povo; especial, comum do povo; dominical.
- (C) comum do povo; dominical, especial; especial.
- (D) especial; especial, comum do povo; especial.
- (E) especial; comum do povo, especial; comum do povo.

37. Considere as seguintes assertivas:

- I. O falso motivo só vicia a declaração de vontade quando expresso como razão determinante.
- II. O dolo acidental só obriga à satisfação das perdas e danos, e é acidental quando, a seu despeito, o negócio seria realizado, embora por outro modo.
- III. O dolo do representante legal de uma das partes só obriga o representado a responder civilmente até a importância do proveito que teve.
- IV. Configura-se o estado de perigo quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.

A respeito dos defeitos do negócio jurídico, de acordo com o Código Civil Brasileiro, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I, II e III.
- (C) I e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) III e IV.

38. Com relação à Prescrição é correto afirmar:

- (A) A prescrição suspensa em favor de um dos credores solidários aproveitará sempre os demais.
- (B) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.
- (C) A prescrição iniciada contra uma pessoa não continua a correr contra o seu sucessor por expressa vedação legal.
- (D) A exceção prescreve no mesmo prazo em que a pretensão.
- (E) A renúncia da prescrição deverá ser expressa, sendo vedada a renúncia tácita.

39. Mario possui dois filhos, Joana e Danilo, que residem e dependem economicamente dele. Mário ressarciu judicialmente danos distintos causados por Joana e por Danilo, tendo em vista a comprovação da responsabilidade civil de ambos. Considerando que Joana é absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e que Danilo é relativamente incapaz, bem como que tratam de atos e danos distintos, neste caso, Mario

- (A) poderá reaver o que houver pago apenas de Joana.
- (B) poderá reaver o que houver pago de ambos os filhos.
- (C) não poderá reaver o que houver pago de nenhum de seus filhos.
- (D) poderá reaver o que houver pago apenas de Danilo.
- (E) só poderá reaver metade do que houver pago e somente de Danilo.

Noções de Direito Processual Civil

40. Com relação aos Juizados Especiais Cíveis Estaduais (Lei nº 9099/95) é correto afirmar:

- (A) O requerimento para intimação de testemunhas será apresentado à Secretaria no mínimo cinco dias antes da audiência de instrução e julgamento.
- (B) O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cujo valor não exceda a sessenta vezes o salário mínimo.
- (C) Nas causas de valor inferior a dez salários mínimos a assistência por advogado é obrigatória.
- (D) Não se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro, de assistência, e nem de litisconsórcio.
- (E) Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, desde que requeridas previamente, podendo o Juiz excluir as que considerar excessivas ou protelatórias.



41. Considere as seguintes assertivas a respeito dos atos processuais:

- I. É defeso às partes, ainda que todas estejam de acordo, reduzir ou prorrogar os prazos peremptórios.
- II. Não havendo preceito legal nem assinatura pelo juiz, será de dez dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.
- III. Quando a lei não marcar outro prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento depois de decorridas vinte e quatro horas.
- IV. Quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores, ser-lhes-ão contados em dobro os prazos para contestar e em quádruplo para recorrer.

De acordo com o Código de Processo Civil está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

42. No processo **A** o réu faleceu. No processo **B** o procurador do autor faleceu. No processo **C** o representante legal do autor faleceu. Nestes casos, os processos serão

- (A) extintos sem resolução do mérito.
- (B) suspensos.
- (C) extintos com resolução do mérito.
- (D) extinto sem resolução do mérito, suspenso, e suspenso, respectivamente.
- (E) suspenso, suspenso, e extinto sem resolução do mérito, respectivamente.

43. Com relação à resposta do réu é correto afirmar:

- (A) Julgar-se-ão em sentenças diferentes a ação e a reconvenção, tendo em vista que a reconvenção trata-se de verdadeira ação autônoma.
- (B) A contestação e a reconvenção serão oferecidas simultaneamente, em peças autônomas; a exceção será processada nos autos principais.
- (C) Poderá o réu, em seu próprio nome, reconvir ao autor, quando este demandar em nome de outrem.
- (D) A desistência da ação, ou a existência de qualquer causa que a extinga obsta ao prosseguimento da reconvenção.
- (E) Na exceção de incompetência relativa a petição pode ser protocolizada no juízo de domicílio do réu, com requerimento de sua imediata remessa ao juízo que determinou a citação.

44. Segundo o Código de Processo Civil, o recorrente poderá,

- (A) até a intimação da parte contrária, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.
- (B) a qualquer tempo, com a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.
- (C) a qualquer tempo, com a anuência apenas do recorrido, desistir do recurso.
- (D) a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.
- (E) até a intimação da parte contrária, com a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.

Noções de Direito Penal

45. Dentre os crimes a seguir relacionados, previstos no Código Eleitoral, o que prevê pena máxima privativa de liberdade mais grave é aquele em que

- (A) o juiz efetua fraudulentamente a inscrição de alistando.
- (B) há uso de violência ou grave ameaça para coagir alguém a votar, ou não votar, em determinado candidato ou partido, ainda que os fins visados não sejam conseguidos.
- (C) oferece-se dinheiro ou qualquer outra vantagem para obter voto, ainda que a oferta não seja aceita.
- (D) impede-se ou embaraça-se o exercício do sufrágio.
- (E) induz-se alguém a se inscrever eleitor com infração de qualquer dispositivo do Código Eleitoral.

46. **A** dispara seu revólver e mata **B**, acreditando tratar-se de um animal. A respeito dessa hipótese é correto afirmar que se trata de

- (A) fato típico, pois o dolo abrangeu todos os elementos objetivos do tipo.
- (B) erro de proibição, que exclui a culpabilidade.
- (C) erro de proibição, que gera apenas a diminuição da pena, posto que inescusável.
- (D) erro de tipo, que exclui o dolo e a culpa, se escusável.
- (E) erro quanto à existência de excludente de ilicitude (discriminante putativa).

47. Um funcionário público e outra pessoa, estranha à Administração, praticam, em concurso, a subtração de bem público. A respeito dessa hipótese é correto afirmar:

- (A) O funcionário público responde por peculato-furto e, o coautor, por furto.
- (B) A condição de funcionário público, sendo pessoal e elementar do delito, transmite-se ao coautor.
- (C) Apenas o funcionário público responde pelo crime de peculato, pois não se admite a responsabilidade objetiva.
- (D) Ambos respondem pelo delito de peculato, sendo obrigatória a redução da pena em relação ao coautor que não apresenta a condição pessoal de funcionário público.
- (E) O funcionário público responde pelo crime de peculato doloso, enquanto o coautor responde por peculato culposo, pois concorreu para o delito de outrem.

48. Configura-se a receptação qualificada quando o agente

- (A) conduz ou oculta, em proveito próprio ou alheio, veículo que sabe ser produto de roubo qualificado.
- (B) influi para que terceiro, de boa-fé, adquira, receba ou oculte coisa que sabe ser produto de crime.
- (C) adquire bens e instalações do patrimônio da União, Estado, Município, empresa concessionária de serviços públicos ou sociedade de economia mista, sabendo terem sido obtidas por meio criminoso.
- (D) recebe coisa que, por sua natureza ou pela desproporção entre o valor e o preço, ou pela condição de quem a oferece, deve presumir-se obtida por meio criminoso.
- (E) adquire, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, coisa que deve saber ser produto de crime.



Noções de Direito Processual Penal

49. O princípio segundo o qual a queixa deve abranger todos os autores, coautores e partícipes do fato criminoso, desde que identificados, é denominado princípio da

- (A) não discricionariedade.
- (B) obrigatoriedade.
- (C) indivisibilidade.
- (D) intranscendência.
- (E) indisponibilidade.

50. No que diz respeito ao inquérito policial é INCORRETO afirmar:

- (A) É sempre essencial ao oferecimento da denúncia ou da queixa.
- (B) Deve terminar no prazo de 30 dias, quando o indiciado estiver soldo.
- (C) Não poderá ser arquivado por determinação da autoridade policial.
- (D) Nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado.
- (E) Se o fato for de difícil elucidação, e o indiciado estiver solto, a autoridade poderá requerer ao juiz a devolução dos autos, para diligências.

51. Não faz coisa julgada, permitindo a propositura da ação civil, a decisão que

- (A) reconhece ter sido o ato praticado em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.
- (B) absolve o réu por reconhecer a inexistência material do fato.
- (C) julga extinta a punibilidade.
- (D) absolve o réu por ter ele agido sob estado de necessidade.
- (E) julga improcedente a ação penal por ter o acusado agido em legítima defesa.

52. No que diz respeito à suspensão condicional do processo é correto afirmar:

- (A) Poderá ser revogada se, no curso do prazo, o beneficiário não efetuar, sem motivo justificado, a reparação do dano.
- (B) Aceita a proposta, será suspenso o processo por até dois anos, submetendo o acusado às condições impostas pelo Juiz.
- (C) Expirado o prazo sem revogação, o Juiz declarará extinta a pena.
- (D) Será revogada se o acusado, no curso do prazo, descumprir a condição de comparecimento pessoal e obrigatório a juízo, mensalmente, para informar e justificar suas atividades.
- (E) Poderá ser proposta em relação aos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, atendidos outros requisitos.

Normas Aplicáveis aos Servidores Públicos Federais

53. Sérgio exerce o cargo de analista judiciário. Afastou-se de seu cargo por ter sido eleito deputado federal. Terminado o mandato eletivo, reassumiu suas funções de servidor público e está pleiteando ajuda de custo. Nesse caso,

- (A) não será concedida a ajuda de custo em ambas as situações, tanto pelo afastamento como pela reassunção do cargo efetivo.
- (B) será concedida essa indenização apenas quanto ao afastamento do cargo efetivo para o mandato de deputado federal.
- (C) será concedida essa indenização apenas quanto à reassunção ao cargo de analista judiciário.
- (D) será concedida uma ajuda de custo em ambas as situações em razão da mudança de sede.
- (E) não será concedida a ajuda de custo, mas sim a de transporte, a critério da Administração.

54. Mélvio, analista judiciário, será reintegrado no cargo anteriormente ocupado. Porém, esse cargo anterior já encontra-se provido e ocupado por Isabela, servidora pública estável. Nesse caso, entre outras hipóteses, Isabela

- (A) ficará em disponibilidade, esteja ou não, o cargo de origem provido por outro servidor.
- (B) será nomeada em outro cargo de sua livre escolha, mas compatível com suas funções.
- (C) será reintegrada no cargo de origem ou ficará em disponibilidade, a critério da Administração.
- (D) será reconduzida ao cargo de origem, sem direito a indenização, ou aproveitada em outro cargo.
- (E) poderá, a critério da Administração, ser readmitida ao cargo de origem ou transferida para outro órgão público federal.

55. Encerrada uma sindicância, instaurada em razão do conhecimento de irregularidades no serviço de um determinado setor do Tribunal Regional Eleitoral, o relatório conclui que a infração está capitulada como ilícito penal. Nesse caso, Marcelo, analista judiciário, como autoridade competente, em conformidade com a Lei nº 8.112/90, encaminhará cópia dos autos ao

- (A) Delegado de Polícia local, aguardando-se suas investigações para a instauração do processo disciplinar.
- (B) Ministério Público, independentemente da imediata instauração do processo disciplinar.
- (C) Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, para que determine, ou não, a instauração do processo disciplinar.
- (D) Corregedor Regional Eleitoral, para fins de conhecimento e instauração do processo disciplinar.
- (E) Presidente da Comissão, para que determine o afastamento preventivo e a instauração da ação penal.



| | |
|--|--|
| <p>56. Maurício apresentou, no órgão competente do Tribunal Regional Eleitoral, um requerimento para início de um processo administrativo. Ricardo, analista judiciário, encarregado de examinar o expediente, deve saber que</p> <p>(A) a Administração poderá, imotivadamente, recusar o recebimento de documentos, tendo em vista o atributo da supremacia do Estado e seu poder discricionário.</p> <p>(B) é vedada à Administração recusar imotivadamente o recebimento de documentos, no entanto, esta não tem obrigação de comunicar o interessado para suprir eventuais falhas.</p> <p>(C) a Administração poderá recusar, ainda que imotivadamente o recebimento de documentos, sem comunicar o interessado para o suprimento de eventuais falhas.</p> <p>(D) a Administração poderá recusar imotivadamente o recebimento de documentos, mas tem a obrigação de orientar o interessado quanto ao suprimento de eventuais falhas.</p> <p>(E) é vedada à Administração a recusa imotivada de recebimento de documentos, devendo o servidor orientar o interessado quanto ao suprimento de eventuais falhas.</p> | <p>59. Doutrinariamente, quanto à situação ou posição na estrutura administrativa, classificam-se os órgãos em</p> <p>(A) autônomos e independentes.</p> <p>(B) simples e compostos.</p> <p>(C) singulares e colegiados.</p> <p>(D) diretos e indiretos.</p> <p>(E) internos e externos.</p> |
| <p style="text-align: center;">Administração Pública</p> <p>57. Quando a Administração Pública, diante da complexidade das atividades por ela desenvolvidas, distribui competências, no âmbito de sua própria estrutura, a fim de tornar mais ágil e eficiente a prestação dos serviços, ocorre a técnica administrativa intitulada</p> <p>(A) descentralização.</p> <p>(B) desconcentração.</p> <p>(C) delegação.</p> <p>(D) privatização.</p> <p>(E) desburocratização.</p> | <p>60. A entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, se federal, criada para exploração de atividade econômica que o Governo seja levado a exercer por força de contingência ou conveniência administrativa, denomina-se:</p> <p>(A) Autarquia Especial.</p> <p>(B) Sociedade de Economia Mista.</p> <p>(C) Empresa Pública.</p> <p>(D) Fundação Pública.</p> <p>(E) Organização Social.</p> |
| <p>58. Considere as seguintes assertivas:</p> <p>I. Os órgãos públicos são centros de competência instituídos para o desempenho de funções estatais, através de seus agentes, cuja atuação é imputada à pessoa jurídica a que pertencem.</p> <p>II. No tocante a Administração Indireta, na descentralização administrativa existe subordinação hierárquica entre a pessoa jurídica incumbida do serviço público e a pessoa política instituidora.</p> <p>III. Somente por Lei Específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) II.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) III.</p> | <p>61. Entre os primados maiores, citados explicitamente no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, que devem nortear o servidor público, seja no exercício do cargo ou função, ou fora dele, já que refletirá o exercício da vocação do próprio poder estatal, consta</p> <p>(A) a competência.</p> <p>(B) a efetividade.</p> <p>(C) o comprometimento.</p> <p>(D) a eficiência.</p> <p>(E) o zelo.</p> <p style="text-align: center;">Administração Financeira e Orçamentária</p> <p>62. O Anexo de Riscos Fiscais, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, integrará o projeto de Lei</p> <p>(A) do Plano Plurianual.</p> <p>(B) Orçamentária Anual.</p> <p>(C) de Diretrizes Orçamentárias.</p> <p>(D) de Diretrizes Fiscais.</p> <p>(E) de Diretrizes Plurianuais.</p> <p>63. A lei orçamentária não consignará dotação para investimento, que não esteja previsto no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão, conforme disposto no art. 167 § 1º da Constituição, cuja duração seja superior a</p> <p>(A) 1 ano.</p> <p>(B) 2 anos.</p> <p>(C) 3 anos.</p> <p>(D) 4 anos.</p> <p>(E) 6 meses.</p> |



| | |
|--|---|
| <p>64. Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subsequentes, reduzindo o excedente, no primeiro quadrimestre, em pelo menos</p> <p>(A) 5%</p> <p>(B) 10%</p> <p>(C) 15%</p> <p>(D) 25%</p> <p>(E) 35%</p> | <p>68. No caso de ilícito eleitoral da competência originária do Tribunal Regional Eleitoral, estando o indiciado preso, o prazo para oferecimento de denúncia será de</p> <p>(A) 24 horas.</p> <p>(B) 48 horas.</p> <p>(C) 3 dias.</p> <p>(D) 5 dias.</p> <p>(E) 7 dias.</p> |
| <p>65. A descentralização externa de créditos orçamentários realizada em nível de órgão setorial entre unidades gestoras de Órgãos/Ministérios denomina-se:</p> <p>(A) Provisão.</p> <p>(B) Destaque.</p> <p>(C) Dotação.</p> <p>(D) Repasse.</p> <p>(E) Sub-repasse.</p> | <p>69. Relativamente ao processo disciplinar previsto no Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, é INCORRETO que</p> <p>(A) a decisão, no sentido da penalização do Magistrado, será tomada pela maioria dos votos do Presidente, Corregedor e Procurador Eleitoral.</p> <p>(B) a pena de advertência será aplicada reservadamente, no caso de negligência no cumprimento dos deveres do cargo.</p> <p>(C) a censura será aplicada reservadamente, por escrito, dentre outros, no caso de procedimento incorreto, se a infração não justificar punição mais grave.</p> <p>(D) instaurada a sindicância, será notificado o magistrado a apresentar defesa prévia no prazo de dez dias.</p> <p>(E) instaurada a sindicância, o magistrado terá o prazo de dez dias para suas alegações finais.</p> |
| <p>66. As dotações para concessão de auxílios para Inversões Financeiras serão classificadas como</p> <p>(A) Subvenções.</p> <p>(B) Transferências Correntes.</p> <p>(C) Inversões Financeiras.</p> <p>(D) Investimentos.</p> <p>(E) Transferências de Capital.</p> | <p>70. Os Juízes do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas</p> <p>(A) não poderão gozar férias por período superior a trinta dias por ano, ainda que integrantes pela Classe de Juristas.</p> <p>(B) prestarão, quando do início do exercício no cargo e em sessão pública perante o Corregedor Regional Eleitoral, o compromisso de bem cumprir suas funções.</p> <p>(C) que devam ser compromissados poderão requerer ao Tribunal a prorrogação da posse, até mais sessenta dias.</p> <p>(D) tomarão posse dentro do prazo de trinta dias da data da decisão que os escolheu e entrarão em exercício em até cinco dias da data da posse.</p> <p>(E) que se aposentarem, sendo magistrados, não perderão, automaticamente, a função eleitoral.</p> |
| <p style="text-align: center;">Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas</p> <p>67. Quanto ao preparo e julgamento dos feitos conforme o Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, considere:</p> <p>I. Em processo crime, o réu, na qualidade de recorrido ou recorrente, falará antes do Procurador Regional Eleitoral.</p> <p>II. Servirá como revisor o juiz imediato em antiguidade ao relator.</p> <p>III. Em se tratando de julgamento de matéria constitucional e havendo empate na votação, o Presidente terá voto de desempate ou se impedido, o Corregedor Regional.</p> <p>IV. Havendo pedido de vista, o julgamento ficará adiado para a sessão seguinte.</p> <p>V. Nos feitos sujeitos a revisão, o relator lançará relatório escrito, antes de remetê-lo ao revisor.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I, II e IV.</p> <p>(B) I, III e V.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) II, IV e V.</p> <p>(E) III e IV.</p> | |

